



A construção do projeto

Índice

1. Lógica de intervenção: uma abordagem baseada em resultados	3
2. O projeto Sudoe 2021-2027	5
2.1 Contexto de intervenção	6
2.2 Parceria	6
2.3 Abordagem transnacional	7
2.4 Capitalização dos resultados	7
2.6 Relação com as políticas/estratégias existentes	8
3. Quem pode participar?	8
3.1 Categorias de beneficiários	9
3.2 Taxa de cofinanciamento	10
3.3 Particularidades das empresas da categoria IV	11
4. Indicadores de Programas	11
4.1 O quadro de desempenho	12
4.2 Definição dos termos e do perímetro dos indicadores	13
4.3 O sistema de acompanhamento dos dados	15
5. Ciclo de vida de um projeto transnacional	15
6. Constituição da parceria	17
6.1 Transnacionalidade	17
6.2 Composição	17
6.3 Identificação, procura e seleção de parceiros	17
7. Definição do plano de trabalho	18
7.1 Determinação do plano de trabalho	18
7.2 Gestão, avaliação e comunicação	19
7.2.1 Gestão do projeto	19
7.2.2 Comunicação do projeto	20
7.2.3 Acompanhamento e avaliação do projeto	21

Anexo1. Informação sobre os indicadores, valores intermédios e valores objetivo por objetivo específico.....	23
Objetivo específico 2.4.....	23
Objetivo específico 2.5.....	24
Objetivo específico 2.7.....	25
Objetivo específico 1.1.....	26
Objetivo específico 1.4.....	27
Objetivo específico 4.1.....	28
Objetivo específico 4.5.....	29
Objetivo específico 4.6.....	30
Objetivo específico ISO1.6.....	31

1. Lógica de intervenção: uma abordagem baseada em resultados

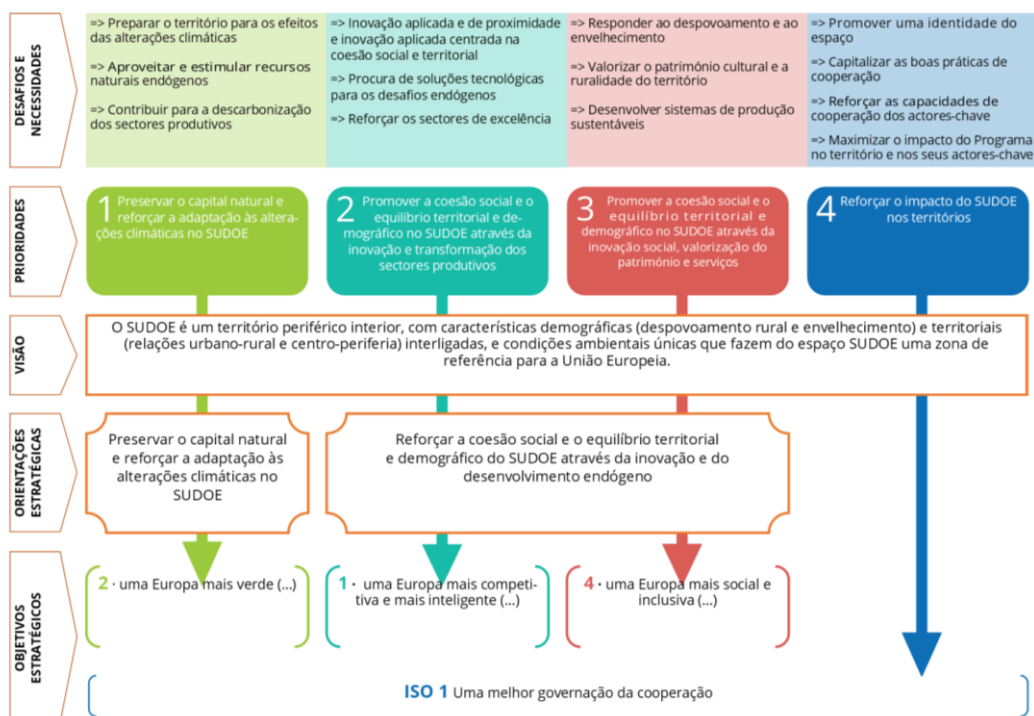
Para o período 2021-2027, a União Europeia concentrou os recursos disponíveis sobre um número mais restrito de temáticas com o fim de reforçar o impacto do esforço financeiro e de gerar resultados mais tangíveis e mais mensuráveis.

Aquando da elaboração da estratégia do Programa Sudoe, as Autoridades do Programa fixaram os objetivos estratégicos prioritários e as melhorias desejadas para o território elegível. As prioridades definidas decorrem desta análise. Por outro lado, no âmbito de uma abordagem orientada para os resultados, os regulamentos estabelecem uma série de indicadores para avaliar a realização dos objetivos previamente definidos pelo Programa, de modo a que haja uma ligação muito estreita entre os objetivos propostos pelos projetos e os definidos no próprio Programa. O Programa avaliará a utilização da ajuda FEDER concedida, a fim de poder medir o desempenho e os progressos alcançados nos territórios.





Na sua estrutura e objetivos, cada projeto deve prever, para além das suas próprias atividades, os objetivos da Comissão Europeia estabelecidos no âmbito da Política de Coesão 2014-2020, assim como as decisões dos Estados participantes no Programa para materializar esses objetivos no espaço do programa Interreg Sudoe. Todos estes elementos devem refletir-se nas atividades do projeto e na parceria.

A lógica de intervenção do programa foi definida com base na análise territorial do Sudoeste Europeu realizada no início da preparação (ver resumo no ponto 1.2 do Programa de Cooperação) e que possibilitou a identificação dos desafios e necessidades prioritárias do território do Sudoeste Europeu. Esta lógica de intervenção é a seguinte:

Lógica de intervenção do Programa Sudoe 2021-2027

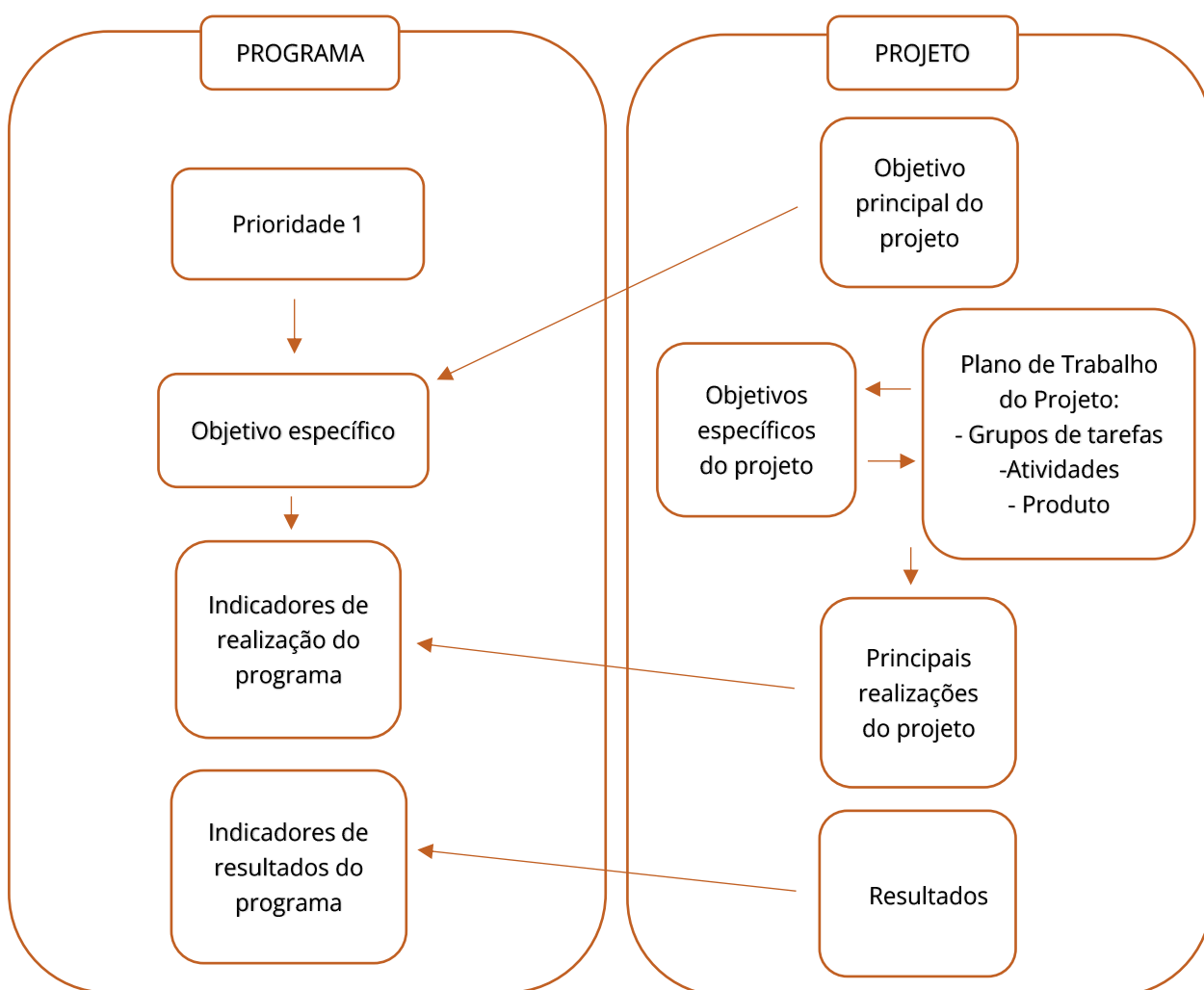


Os desafios identificados referem-se à **identidade** do Programa SUDOE, ou seja, o que é intrinsecamente a área SUDOE e na sua relação com o resto da UE. Esta identidade inclui vários conceitos-chave:

-  É um território periférico: o espaço SUDOE está localizado na periferia sul da União Europeia. Esta localização implica que está mais exposto aos efeitos das alterações climáticas do que os territórios europeus situados mais a norte, com efeitos que ocorrem mais cedo e com maior intensidade (por exemplo, o impacto do aumento das temperaturas, erosão, inundações ou incêndios).
-  É um espaço eminentemente interior: o espaço SUDOE situa-se entre duas bacias marítimas, a mediterrânica e a atlântica, que têm programas dedicados a lidar com questões marítimas. O Programa Interreg VI-B Sudoe privilegia as ações a favor dos territórios interiores, especialmente os rurais. As questões costeiras serão abordadas através da procura de complementaridades e sinergias interior-litoral.
-  Características demográficas: os desafios demográficos (despovoamento das zonas rurais, concentração nas zonas costeiras e em (poucas) grandes cidades do interior (desequilíbrio territorial, social e económico) e envelhecimento (crítico no mundo rural) são uma das características inerentes ao território SUDOE. As questões de preservação e manutenção da atividade do ambiente rural, do despovoamento e envelhecimento são os principais desafios para a revitalização territorial, social e económica das zonas interiores. A relação entre as cidades e o campo e o desenvolvimento das zonas rurais com base em recursos endógenos é também uma questão importante no território. A crise sanitária da Covid-19 colocou em valor as capacidades do mundo rural e a sua complementaridade com o meio urbano.
-  Condições ambientais únicas: o capital natural do SUDOE é sem dúvida a sua principal força e constitui uma base para o desenvolvimento e qualidade de vida nas zonas rurais (e urbanas). A biodiversidade, os ecossistemas, as espécies nativas, as espécies migratórias (especialmente em zonas húmidas), a qualidade e extensão da sua área florestal (área de biodiversidade e de captura de gases com efeito de estufa), a riqueza dos microclimas do interior, as áreas protegidas, a conectividade da rede Natura2000, etc. representando os elementos chave.

Os objetivos fixados pelo programa SUDOE terão de ser alcançados ao longo da programação através de projetos aprovados. Os resultados destes projetos devem necessariamente contribuir para os objetivos do programa. É por isso que a lógica de intervenção do projeto está diretamente vinculada à lógica de intervenção do Programa.

Lógica de intervenção do projeto integrada na lógica de intervenção do Programa Interreg Sudoe.



Como a figura apresenta, o Programa identificou indicadores de realização e de resultados para cada objetivo específico adotado. Os projetos devem contribuir para a realização dos objetivos medidos pelos dois tipos de indicadores estabelecendo uma relação clara entre as realizações e os resultados previstos e o indicador correspondente do objetivo no qual se apresenta o projeto. A lógica de intervenção dos projetos e do Programa são por conseguinte inseparáveis.

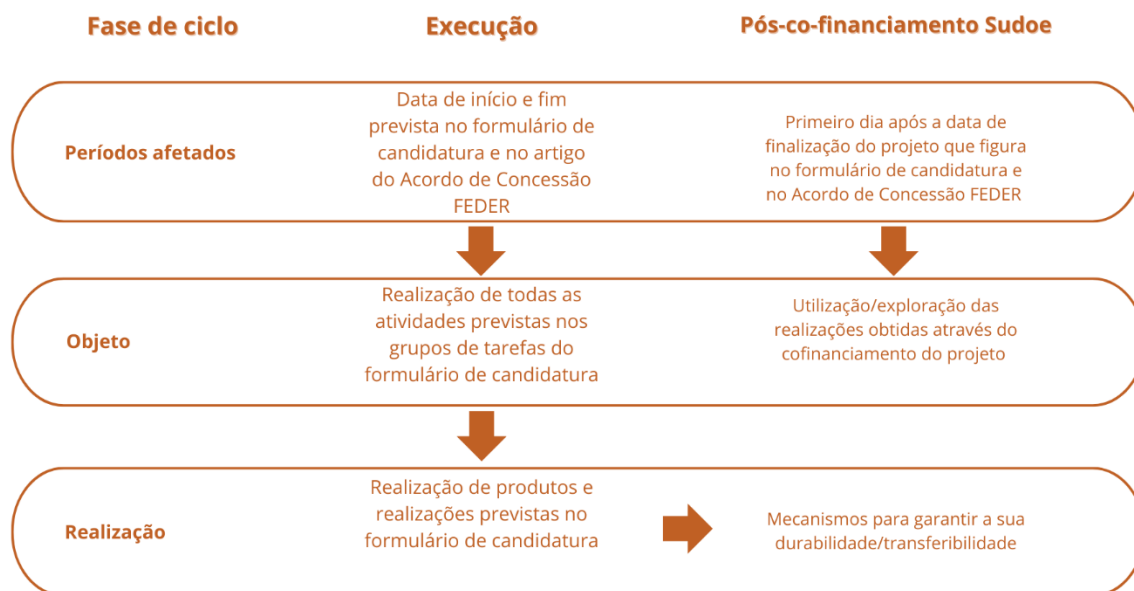
Este é um elemento-chave da candidatura ao Sudoe 2021-2027.

2. O projeto Sudoe 2021-2027

De maneira geral, os principais resultados e realizações devem ser realistas, precisos, concretos e mensuráveis e responder a uma necessidade do público alvo. Os resultados e realizações devem ser duradouros e transferíveis a outras organizações, regiões ou países. O projeto deve igualmente enquadrar-se dentro de um horizonte temporal que não se limita apenas ao período de co-

financiamento das atividades. Finalizado o período de execução, o projeto deverá continuar a existir através das realizações que foram obtidas durante a sua execução. O seguinte esquema ilustra o ciclo de vida de um projeto.

O ciclo de vida de um projeto



2.1 Contexto de intervenção

O projeto assenta sobre uma necessidade ou uma problemática existente no território do sudoeste europeu e que se traduz por uma oportunidade de intervenção. Esta oportunidade deve fazer o objeto de um diagnóstico preciso, uma análise SWOT e um ponto de situação dos trabalhos existentes na Europa. Este conjunto de dados permite centrar a ação do projeto desenvolvendo a cadeia de valor, localizar os atores fundamentais e de inscrever o projeto num processo integrado. Esta integração implica a inscrição em estratégias mais amplas, regionais ou nacionais.

2.2 Parceria

A qualidade de uma parceria não depende do número de beneficiários mas da pertinência e da sua complementaridade para tratar a problemática identificada.

Os projetos devem integrar atores chave do setor interessado, competentes e permitindo alcançar os objetivos fixados. Os parceiros devem deter competências complementares e prever uma representação equilibrada e coerente dos diferentes Estados-Membros, de níveis de governação e elos da cadeia de valor (integração dos beneficiários finais, composição multinível e multisetorial da parceria). Os parceiros devem dispor da competência, da capacidade administrativa e recursos necessários para implementar e executar o projeto. Por último, a parceria deve permitir a transferência do conhecimento e a capitalização dos resultados do projeto.

2.3 Abordagem transnacional

O projeto deve claramente demonstrar em que medida a abordagem transnacional proporciona uma mais-valia ao tratamento da problemática identificada. O projeto não pode tratar-se unicamente de uma transposição de abordagem local colocada conjuntamente ao nível transnacional. Deve respeitar os princípios de colaboração de desenvolvimento conjunto, de implementação e execução conjunta, de meios humanos e financeiros conjuntos. É indispensável que os projetos demonstrem em que medida a abordagem transnacional é mais adequada em comparação com uma abordagem nacional, regional ou local.

2.4 Capitalização dos resultados

A questão de capitalizar os resultados já alcançados pelo programa Sudoe durante os períodos de programação anteriores é central.

Ao preparar um projeto e depois durante a sua implementação, os participantes devem ter imperativamente em conta as realizações e resultados obtidos até agora pelo Programa, mas também em outros Programas ou dispositivos europeus, nacionais ou regionais. O objetivo é triplo, beneficiar das experiências passadas, assegurar a continuidade das ações de cooperação nos territórios e evitar as redundâncias.

A fim de responder aos desafios comuns identificados, os projetos devem desenvolver e testar novas abordagens e/ou adaptar e implementar as abordagens existentes em diferentes contextos.

Ao preparar o projeto, os parceiros devem também assegurar-se de que não há duplicação de atividades a realizar e devem demonstrar como a implementação do projeto de forma transnacional acrescenta valor ao contexto existente.

Em resumo, um bom projeto deve assegurar que são tidos em conta os desenvolvimentos recentes, os resultados já alcançados e os projetos e atividades já realizados na área temática em questão.

Este exercício permitirá aumentar a eficácia do cofinanciamento garantindo a dimensão inovadora do projeto.

Existem numerosas bases de dados que fornecem informação sobre as realizações e resultados dos projetos. A página web de Interreg Sudoe (<https://interreg-sudoe.eu>) proporciona toda a informação relativa aos projetos Interreg Sudoe do período 2014-2020.

A base de dados KEEP (<https://keep.eu/>) oferece fichas de informação sobre projetos Interreg na Europa. A página web da Comissão Europeia também fornece acesso a uma base de dados onde os utilizadores podem procurar projetos regionais cofinanciados por vários programas de política regional ao longo dos últimos 20 anos.

2.5 Sustentabilidade e transferibilidade

As realizações e resultados dos projetos devem ser específicos, mensuráveis, realistas, duradouros e transferíveis. devem claramente estar vinculados às necessidades dos atores chave identificados e devem aportar um valor acrescentado ao conhecimento existente na temática tratada.

Deve ser explicada a utilização dos resultados do projeto a longo prazo e o impacto previsto sobre as zonas/setores e sobre os grupos alvos. Os atores-chave no domínio abrangido e as soluções previstas pelo projeto devem estar claramente identificados. Deve ser planeada uma estratégia para a participação dos principais atores-chave, durante, e depois, da execução do projeto.

2.6 Relação com as políticas/estratégias existentes

O impacto e/ou reutilização dos resultados de um projeto implicam a inscrição das suas ações nos quadros estratégicos mais amplos adotados a diferentes níveis (europeu/nacional/regional/intra-regional). O projeto deve ser coerente com as diferentes estratégias/políticas existentes sobre o setor em causa e prever o impacto que produzirá sobre estas.

Os projetos deverão contribuir para a implementação das políticas públicas efetuadas sobre o território e prosseguir um objetivo de melhorar os diferentes Programas e dispositivos nacionais ou regionais existentes. Os projetos selecionados deverão assim ter em conta ou articular-se com estes dispositivos a fim de contribuir de maneira muito mais forte para a consecução dos objetivos mais centrais fixados pelo Programa. Esta articulação e esta complementaridade entre os projetos de cooperação transnacional e os dispositivos nacionais ou regionais permitirão garantir uma melhor divulgação dos trabalhos, uma melhor visibilidade das ações mas também e sobretudo uma maior apropriação dos resultados pelos poderes públicos.

3. Quem pode participar?

Um beneficiário é qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como qualquer unidade económica ou funcional integrada nesta última, e claramente identificada no formulário de candidatura, suscetível de exercer atividades no território do Programa e por conseguinte podendo receber uma ajuda FEDER.

A ficha 3 do Guia especifica os elementos que devem ser produzidos no registo da entidade de eSudoe para beneficiar desta condição de beneficiário.

As entidades do Principado de Andorra, apesar de não receberem FEDER, são consideradas igualmente como beneficiários. Por outro lado, as entidades do Principado de Andorra não podem participar como Beneficiário Principal de um projeto.

Em geral, as entidades localizadas em regiões fora do território Sudoe não poderão ser beneficiárias do Programa, salvo disposição em contrário prevista no texto da convocatória de projetos.

Tendo em conta a elegibilidade parcial do território dos Estados-membros que participam do Programa, podem, no entanto, ser observadas exceções a esta regra. Essas exceções só podem aplicar-se a estruturas/organizações localizadas em um dos Estados-Membros participantes do Programa SUDOE, desde que preencham uma das seguintes condições:

- o beneficiário potencial é uma administração ou agência pública com competência em todo o território nacional ou em todo o território de uma das regiões incluídas no território do Programa;

ou

- o beneficiário é um operador público nacional com um estabelecimento localizado no território SUDOE;

ou

- o beneficiário potencial é uma rede nacional da qual são membros organismos públicos ou entidades privadas sem fins lucrativos estabelecidas no território do Programa.

Em função dos objetivos e dos resultados esperados dos projetos, qualquer outra exceção acrescentada a estas condições pode ser prevista no texto de uma convocatória de projetos.

Em todos os casos, as atividades e os resultados dos projetos devem ser em benefício direto da área do Programa.

Todas estas condições devem ser explicadas na secção apropriada do formulário de candidatura.

3.1 Categorias de beneficiários

Os beneficiários do Programa Interreg Sudoe devem ser entidades dotadas de personalidade jurídica, classificadas nas seguintes categorias.

Em função das suas características jurídicas, podem distinguir-se várias categorias de entidades, nomeadamente:

- O artigo 2.1.4 da Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece três condições para determinar se uma entidade deve ser considerada um "organismo de direito público". Assim, entende-se por "organismo de direito público" qualquer organismo que preencha as 3 condições seguintes a), b) e c), que devem ser preenchidas cumulativamente:

- a) Foram criados para o fim específico de satisfazer necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial;
- b) Têm personalidade jurídica; e
- c) *São maioritariamente financiados pelo Estado, por autoridades regionais ou locais ou por outros organismos de direito público, ou a sua gestão está sujeita a controlo por parte dessas autoridades ou desses organismos, ou mais de metade dos membros nos seus órgãos de administração, direção ou fiscalização são designados pelo Estado, pelas autoridades regionais ou locais ou por outros organismos de direito público.*

- A legislação nacional que determina as condições para a qualificação das entidades adjudicantes, que têm de cumprir a legislação aplicável no domínio da contratação pública.

A respetiva legislação nacional é a seguinte:

- Espanha: art. 3.3 da Lei 9/2017, de 8 de novembro, relativa aos contratos do sector público, que transpõe para o direito espanhol as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2014/23/UE e 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014.
- França: artigo L1211-1 do Code de la commande publique Chapitre Ier: Pouvoirs adjudicateurs.
- Portugal: artigo 2.º, n.os 1 e 2, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, distinguem-se 4 categorias de entidades no Programa Sudoe: :

- I. Organismos públicos (Administrações públicas)
- II. Organismos de direito público ou entidades privadas adjudicantes (de acordo com a legislação nacional)
- III. Entidades privadas sem fins lucrativos (exceto entidades privadas adjudicantes)
- IV. Entidades privadas com fins lucrativos e/ou empresas

Em relação com eSudoe, na etapa 6 do Registo de Entidades de eSudoe “Natureza jurídica”, as entidades devem classificar-se de acordo com a classificação adoptada pelo Programa, tal como acima indicado.

Apenas as entidades que se convertam em beneficiários do FEDER no caso de um projeto aprovado, e que estejam categorizadas nas categorias II ou III, devem completar o passo 14.1 do registo para determinar se são ou não autoridades adjudicantes de acordo com a legislação nacional. O facto de ser uma entidade adjudicante implica que a entidade está sujeita à legislação aplicável aos organismos públicos no domínio da contratação pública e, consequentemente, o sistema de registo de despesas aplicável no eSudoe será o correspondente a este estatuto.

3.2 Taxa de cofinanciamento

A taxa geral de cofinanciamento e o tipo de contrapartida nacional, conforme a categoria de beneficiários do Programa, são os seguintes:

Taxa de cofinanciamento e tipo de contrapartida nacional

<i>Categoria de beneficiários</i>	<i>Taxa de cofinanciamento máxima</i>	<i>Tipo de contrapartida nacional</i>
<i>I. Organismos públicos (Administrações públicas)</i>	75%	<i>Pública</i>
<i>II. Organismos de direito público ou entidades privadas adjudicantes (de acordo com a legislação nacional)</i>	75%	<i>Pública</i>
<i>III. Entidades privadas sem fins lucrativos (exceto entidades privadas adjudicantes)</i>	75%	<i>Privada</i>
<i>IV. Entidades privadas com fins lucrativos e/ou empresas</i>	75%	<i>Privada</i>

O tipo de contrapartida nacional pode ser modulado em função de outras eventuais subvenções recebidas para a execução do projeto.

Estas taxas de cofinanciamento são dadas a título geral. A taxa de cofinanciamento pode, em certos casos, ser ajustada para baixo, a fim de ter em conta, por exemplo, a existência de outros cofinanciamentos públicos, nomeadamente para os beneficiários abrangidos pelos auxílios estatais (ver ficha 5 do Guia de Sudoe). Relembramos que o montante total de ajuda pública para o projeto não pode, em caso algum, exceder o total das despesas elegíveis.

3.3 Particularidades das empresas da categoria IV

Os textos das convocatórias de projetos especificam se as empresas da categoria IV são elegíveis, ou seja, se podem ser entidades beneficiárias em projetos participantes nessas convocatórias.

As entidades da categoria IV não podem apresentar-se como beneficiário principal de um projeto. Apenas podem participar como outros beneficiários;

As empresas devem obrigatoriamente participar nas atividades específicas do projeto, ou seja, não podem apenas estar presentes para a gestão, avaliação ou comunicação do projeto.

As empresas devem apresentar um orçamento com um mínimo de despesa total elegível de 20.000,00€.

Terão de apresentar, durante a primeira fase de candidatura (e na segunda fase, caso se incorporem na parceria entre as duas fases de uma convocatória de projetos), o balanço dos últimos três anos fiscais completos e fechados, e demonstrar que o seu volume médio de negócios durante os últimos três anos é superior ao montante da contrapartida nacional incluída no seu plano financeiro. A apresentação desta documentação deve ser efetuada no momento da submissão da candidatura, no caso de convocatórias constituídas por uma única fase.

As empresas não poderão ser responsáveis pela realização de despesas comuns, ou seja, não poderão assumir em nome da parceria a responsabilidade de proceder à realização do processo de contratação.

4. Indicadores de Programas

Um projeto está estruturado em Grupos de Tarefa (GTs) e atividades. Destas atividades resultam produtos e realizações que permitem produzir resultados concretos e alcançar os objetivos definidos.

Uma realização principal de projeto é uma realização que pode ser medida por um indicador de realização do Programa e contribui diretamente para o resultado do projeto. Nem todos os grupos de tarefas são obrigados a ter uma ou mais realizações principais. Na verdade, um projeto pode ter apenas uma realização principal.

A seleção de indicadores efetuada pelo Programa visa orientar os promotores de projetos para certos tipos de resultados e realizações a alcançar, e facilitar a sua medição e consolidação a nível do Programa. Esta escolha simplifica a monitorização, recolha e verificação de dados.

4.1 O quadro de desempenho

O Programa dispõe de um quadro de desempenho que especifica os objetivos a atingir. São mensuráveis pelos indicadores de realização e de resultados. São os projetos aprovados pelo Programa que devem permitir alcançar estes objetivos. Assim, os projetos estarão sujeitos a um acompanhamento e controlo precisos através dos diversos meios de monitorização e avaliação descritos na ficha nº 10.

A seleção dos indicadores foi feita de modo a facilitar ao máximo a perceção da lógica de intervenção do Programa e das inter-relações entre indicadores de realização e de resultado.

Interrelação dos indicadores de realização e de resultado

Tipo de indicador	ID	Indicador de realização	Tipo de indicador	ID	Indicador de resultados
Realização	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Resultado	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações
			Resultado	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça
Realização	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Resultado	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações
			Resultado	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça
Realização	RCO 116	Soluções desenvolvidas em conjunto	Resultado	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações
Realização	RCO 87	Organizações que cooperam a nível transfronteiriço	Resultado	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça

Assim, espera-se que os projetos desenvolvam conjuntamente estratégias e planos de ação adaptados às suas necessidades para que as organizações in fine (parceiros do projeto ou beneficiários finais) adotem estas estratégias e as apliquem a curto e médio prazo.

Espera-se também que os projetos desenvolvam ou transfiram soluções que permitam aos beneficiários adotá-las formalmente.

Na mesma linha, espera-se que os projetos implementem ações-piloto para que as organizações (parceiros ou beneficiários finais) adotem, apliquem ou ampliem as soluções testadas ou melhoradas através destas ações-piloto.

Finalmente, espera-se que os projetos aumentem, de modo geral, as capacidades (técnicas, administrativas, organizativas, etc) das organizações (parceiros, beneficiários finais) envolvidas nas atividades do projeto.

Para a prioridade 4 “Reforçar o impacto do SUDOE nos territórios” espera-se que os projetos desenvolvam ou transfiram soluções permitindo aos beneficiários adotá-las formalmente. Além disso, os projetos neste ISO terão de integrar na parceria pelo menos um ator-chave na área temática por Estado-Membro para que cooperem em conjunto e deverão permitir aumentar as capacidades das organizações (parceiros, beneficiários finais) envolvidas nas atividades do projeto.

O ponto de partida do Programa é que cada projeto deve, pelo menos, permitir:


- Desenvolver uma estratégia comum
- Adotar/implementar esta estratégia ou plano de ação por pelo menos uma organização
- Implementar uma ação-piloto por projeto
- Adotar conjuntamente uma solução por projeto
- Adotar / aplicar uma ou mais soluções testadas através da ação-piloto por pelo menos duas organizações de pelo menos dois países participantes
- Aumentar a capacidade de pelo menos duas organizações de pelo menos dois países participantes
- Que coopere pelo menos um ator-chave por Estado membro por projeto ISO 1

4.2 Definição dos termos e do perímetro dos indicadores

- **Estratégia:** Uma estratégia visa estabelecer um método orientado para atingir um objetivo numa área específica. Compreende um conjunto de documentos e planos que descrevem e estabelecem objetivos a alcançar ou uma visão a longo prazo. As estratégias devem ser desenvolvidas conjuntamente pelos parceiros e concluídas antes do fim do projeto, e adoptadas por pelo menos uma organização durante o projeto ou no prazo de um ano após a sua conclusão.
- **Plano de ação:** Um plano de ação traduz em ação uma estratégia existente desenvolvida em conjunto. Descreve em pormenor as ações necessárias para alcançar um objetivo a longo prazo, indicando o calendário, ações, responsabilidades e tarefas dos parceiros, e meios. Os planos de ação devem ser desenvolvidos conjuntamente

pelos parceiros e concluídos antes do fim do projeto, e adotados para implementação por pelo menos uma organização durante o projeto ou no prazo de um ano após a sua conclusão.

- **Ação-piloto:** Uma ação-piloto deve ser entendida como uma implementação concreta de novos dispositivos (por exemplo, serviços, equipamento, ferramentas, métodos ou abordagens). O carácter experimental e demonstrativo é essencial para uma ação-piloto (ou investimentos-piloto, se aplicável) que visa testar, avaliar e/ou demonstrar a viabilidade e eficácia de um dispositivo. Portanto, trata-se ou de testar soluções inovadoras ou aplicar soluções existentes a um determinado território/sector no qual ainda não foi testada. Os resultados e práticas das ações-piloto devem ser explorados e transferidos para outras instituições e territórios. Uma ação-piloto é de âmbito limitado (área, duração, escala etc.) e deve ser inédita num ambiente comparável. A ação-piloto deve ser desenvolvida em conjunto e/ou operada por vários parceiros de diferentes países. Deve estar finalizada durante a implementação do projeto, e com o tempo suficiente para permitir a exploração e avaliação do carácter demonstrativo ao longo do projeto.

 **Solução:** as soluções podem ser definidas como metodologias, estudos, ferramentas, tecnologias, serviços, processos e acordos de parceria/cooperação. As mesmas devem ser:

- desenvolvidas conjuntamente: através da participação de organizações de pelo menos 3 países participantes no Programa, ou resultante de uma transferência de competências levada a cabo no âmbito do projeto;
- facilmente transferíveis para outros territórios do Programa: a solução deve incluir as ações necessárias para que seja adotada ou ampliada.

Para ser contabilizada neste indicador, a solução deve ter sido adotada ou ampliada por um determinado organismo durante a implementação do projeto ou no prazo de um ano após a sua conclusão. A ampliação refere-se à atualização/aperfeiçoamento da solução, ou ao alargamento do âmbito da solução, por exemplo do nível local para o regional ou do nível técnico para o político.

As soluções específicas devem contribuir para os objetivos e fazer referência a possíveis ações detalhadas para cada objetivo específico

- Pelo termo "adotado", espera-se que as organizações beneficiárias (parceiros e beneficiários finais) sejam capazes de proporcionar provas de apropriação e utilização das estratégias, planos de ação, soluções dentro do seu departamento ou gestão operacional.
- **Melhoria da capacidade:** Este termo indica que uma organização viu melhorada a sua capacidade de ação e/ou análise, as suas competências, know-how, competências e recursos internos graças às ações levadas a cabo pelo projeto: as soluções adotadas, as formações seguidas, as ferramentas e metodologias desenvolvidas etc.

4.3 O sistema de acompanhamento dos dados

Os dados relativos aos indicadores de realização e de resultado serão recolhidos ao longo do ciclo de vida do projeto, desde a submissão da candidatura até ao encerramento.

Os indicadores terão primeiro de ser selecionados e quantificados no formulário de candidatura. Em diferentes fases da execução do projeto, terá de ser apresentado um relatório de progresso.

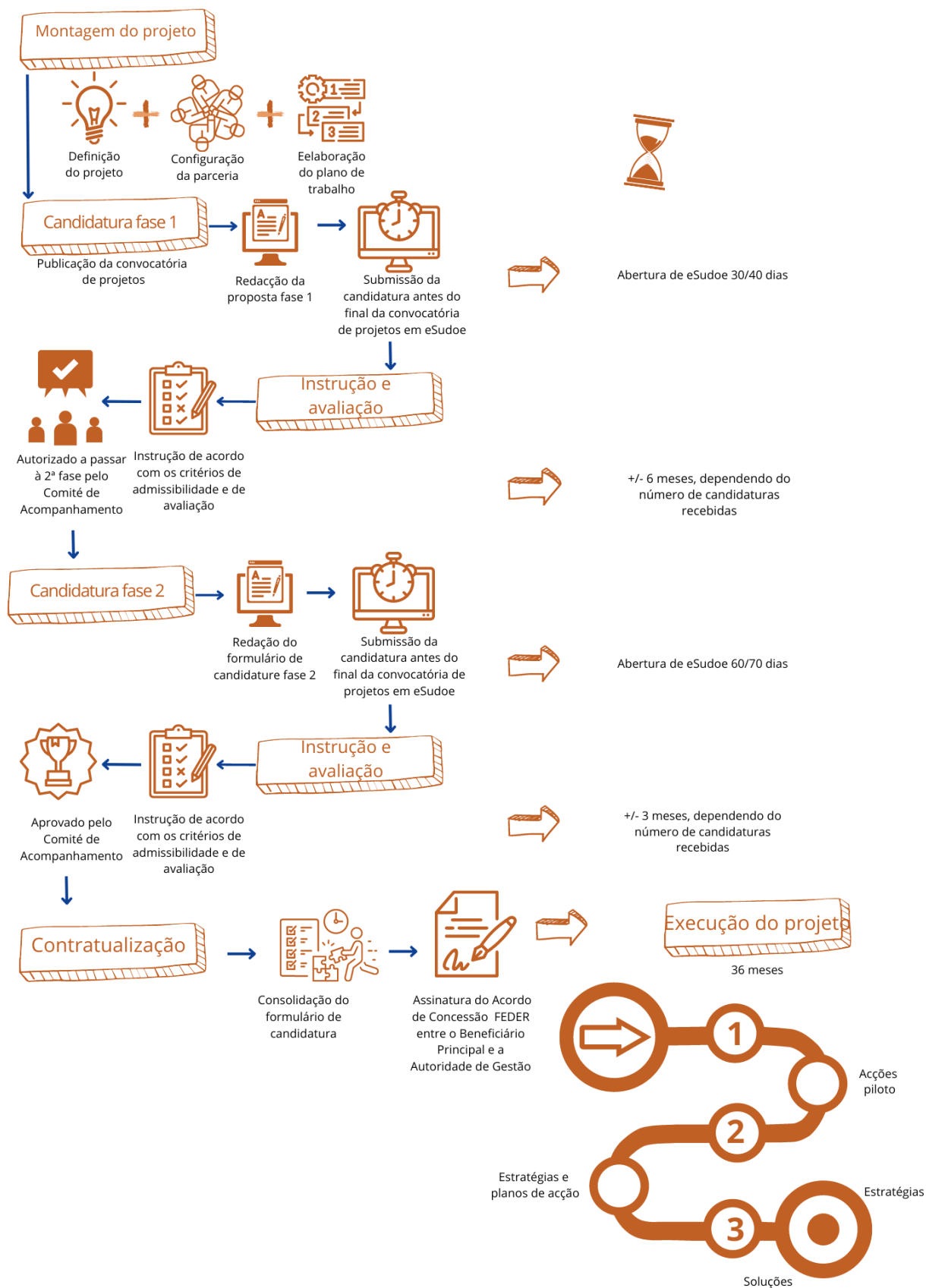
A informação sobre a contribuição do projeto para os indicadores de realização e resultado é compilada pelo Beneficiário Principal numa tarefa em eSudoe e validada pela Autoridade de Gestão/Secretariado Conjunto.

A validação dos dados dos indicadores será realizada da seguinte forma:

- Uma parte importante da fase de avaliação da candidatura será analisar a relevância e o realismo dos objetivos e previsões definidos no formulário de candidatura.
- Durante as várias fases de acompanhamento do projeto e de atualização desta tarefa em eSudoe, será realizada uma verificação aprofundada dos valores apresentados. Consistirá em verificar a realidade dos dados apresentados com base nos documentos comprovativos fornecidos e no modelo de declaração definido pelo programa para justificar a adoção e exploração de estratégias, planos de ação, soluções desenvolvidas pelos projetos ou para confirmar a melhoria das competências das organizações parceiras.

5. Ciclo de vida de um projeto transnacional

A seguinte figura permite entender as etapas que seguem a fase de preparação de um projeto Sudoe. Estas etapas estão detalhadas nas seguintes fichas do Guia Sudoe.



6. Constituição da parceria

6.1 Transnacionalidade

Todos os projetos de cooperação do Programa Interreg Sudoe devem apresentar uma parceria composta por pelo menos por um beneficiário de cada Estados-Membro da União Europeia que participam no Programa Interreg Sudoe.

A parceria deve ser a mais representativa e competente nos setores concernidos e tendo em consideração a configuração do território do Programa.

6.2 Composição

Todos os projetos de cooperação do Programa Interreg Sudoe devem ser implementados através de uma parceria composta por:

- Um beneficiário principal, que assumirá a liderança do projeto e agirá em representação dos outros beneficiários. Tal como indicado no ponto “Particularidades das empresas da categoria IV”, estas não podem participar como beneficiário principal de um projeto.
- Os beneficiários participantes, que, como o Beneficiário Principal, recebem um cofinanciamento para a realização das atividades do projeto.
- Os sócios de Andorra que participam nas atividades previstas, mas não recebem ajuda FEDER;
- Os parceiros associados, que podem participar no projeto mas que não poderão receber ajuda FEDER, de maneira direta ou indireta.

Para mais informação sobre as obrigações das entidades beneficiárias e dos parceiros associados, consultar ficha 2 do Guia Sudoe e o modelo de Acordo de Concessão FEDER.

6.3 Identificação, procura e seleção de parceiros

Encontrar o parceiro adequado para um determinado projeto pode supor um desafio considerável. Como tal, deve começar-se, quanto antes, a formação da parceria e não esperar a abertura da convocatória.

Os elementos principais a ter em conta no momento de formar a parceria são:

- o âmbito de conhecimento ou especialização que assegura que a parceria dispõe de todos os conhecimentos necessário;
- deter uma representatividade territorial significativa.

Para a procura de parceiros, o Programa Interreg Sudoe coloca à disposição dos promotores vários recursos, entre eles:

- O motor de pesquisa CoopSudoe, disponível na página de Internet do Programa Interreg SUDOE, onde figuram entidades que preparam um projeto e procuram parceiros, bem como, entidades com interesse em participar em projetos.

- A organização de jornadas, de grupos de trabalho e de seminários durante os quais se fomenta particularmente o intercâmbio é particularmente encorajado, são também boas ocasiões para se estabelecerem contactos com potenciais parceiros.

Uma vez identificados os potenciais parceiros, a sua associação deve basear-se numa análise cuidadosa das suas competências e experiência em relação às necessidades do projeto. Devem também estar plenamente envolvidos na elaboração da proposta, com especial atenção à negociação com eles das condições da sua participação, em termos de responsabilidades, ações e orçamento...

7. Definição do plano de trabalho

7.1 Determinação do plano de trabalho

Os grupos de tarefas (GTs) não são predefinidos pelo Programa. Os projetos são livres de estruturar os seus GTs de acordo com os seus objetivos específicos. As atividades de comunicação estão diretamente integradas nos GTs específicos. O formulário de candidatura prevê um GT relativo às atividades de gestão e acompanhamento do projeto (GT transversal).

O projeto deve identificar objetivos específicos no formulário de candidatura. Cada objetivo específico corresponde a um plano de trabalho associado a um grupo de tarefas. Isto significa que o projeto terá tantos GTs como objetivos específicos definidos na 1ª fase, no âmbito de convocatórias de projetos numa ou em duas fases. Em resumo, um projeto pode apresentar um máximo de três GT específicos e um GT obrigatório dedicado às atividades de gestão e de acompanhamento do projeto (GT transversal).

Após a identificação das atividades, estas devem ser agrupadas em grupos de tarefas (GT), segundo um encadeamento lógico (sequencial e cronológico) que permita a concretização do objetivo específico identificado. Deve ser identificada a despesa associada a cada um dos grupos de tarefas.

Assim, a elaboração do plano de trabalho é a compilação:

- da sequência dos Grupos de Tarefas de forma lógica e da sua desagregação em atividades concretas;
- de um cronograma que especifica a sequência de atividades ao longo do tempo;
- de um plano financeiro coerente com as atividades previstas;
- Uma vez identificados os grupos de tarefas, os mesmos devem ser ordenados de forma lógica. Podem utilizar-se diagramas como o seguinte, que permitem representar graficamente as relações entre os Grupos de Tarefas do projeto e estimar, facilmente, a duração do projeto.

Exemplo de diagrama de um plano de trabalho

	ANO 1												ANO 2												ANO 3												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	
GT 1																																					
atividade 1.1																																					
atividade 1.2 com																																					
atividade 1.3																																					
atividade 1.4																																					
GT 2																																					
atividade 2.1																																					
atividade 2.2																																					
atividade 2.3 com																																					
atividade 2.4																																					
GT 3																																					
atividade 3.1																																					
atividade 3.2																																					
atividade 3.3																																					
atividade 3.4																																					
atividade 3.5																																					
atividade 3.6 com																																					
GT Transversal																																					

Estes grupos de tarefas obrigatórios incluem as atividades que vão ser desenvolvidas para alcançar assim os objetivos previstos. Cada um dos grupos de tarefas específicos deve:

- Estar desagregado por um conjunto de atividades que deverão estar detalhadas;
- Indicar, tendo em conta as atividades efetuadas, as principais realizações do projeto, explicando a respetiva contribuição para os objetivos específicos do projeto. Cada uma das principais realizações do projeto, deverá estar vinculada a um indicador de realização do Programa Interreg Sudoe (ver ponto 1 -Lógica de Intervenção do projeto face ao Programa Interreg Sudoe);
- Indicar como a participação dos grupos-alvo nas atividades previstas pelo projeto será implementada;
- Indicar como os principais resultados produzidos serão utilizados após a finalização do projeto (durabilidade);
- Indicar como o projeto assegurará que as realizações sejam aplicadas e reproduzidas noutras instituições, regiões, países e/ou políticas públicas fora ou dentro do território da parceria (transferência).

7.2 Gestão, avaliação e comunicação

7.2.1 Gestão do projeto

As atividades de gestão de projetos são a pedra angular de um projeto de cooperação transnacional bem sucedido. Por conseguinte, deve ser tomado especial cuidado na definição dos processos e atividades planeados para assegurar uma gestão eficiente e fiável.

O beneficiário principal do projeto tem um papel fundamental como gestor administrativo e financeiro e coordenador da parceria e do projeto.

Os pontos essenciais a considerar em relação à gestão de projetos são:

- Responsabilidades e procedimentos para a gestão administrativa e para a coordenação diária do projeto: conjunto das atuações relativas ao acompanhamento administrativo e financeiro do projeto.
- Órgãos criados para a tomada de decisão estratégico e técnico do projeto e competências dos seus órgãos: compreende o sistema de tomada de decisões, a existência de um regulamento interno ou um protocolo de atuação, etc.
- Comunicação interna na parceria: reuniões previstas da parceria, meios de comunicação utilizados, etc.
- Organização interna prevista para a elaboração de relatórios de execução: conjunto das atuações relativas à redação dos relatórios de execução de beneficiário.
- Gestão financeira do projeto: atuações relativas à apresentação das despesas (incluindo o número de declarações de despesas previstas), bem como à compilação de toda a documentação para a justificação das mesmas (incluindo os relatórios de execução) com o fim de proceder à validação das despesas.

7.2.2 Comunicação do projeto

As atividades de comunicação têm por objetivo assegurar a transparência na utilização dos fundos públicos comunitários e comunicar os resultados alcançados pelo projeto (dar a conhecer o projeto ao público em geral, valorizar e capitalizar os seus resultados), de acordo com as obrigações definidas pelos regulamentos comunitários.

Para os projetos Interreg Sudoe, a comunicação deve ser uma questão central. De facto, as atividades planeadas para assegurar uma boa comunicação devem contribuir para a realização dos objetivos do projeto e assim ajudá-lo a transferir as suas realizações e resultados. Os parceiros do projeto são responsáveis pela divulgação junto dos diferentes públicos-alvo identificados, mas também pela participação nas atividades de comunicação do Programa. A descrição da estratégia de comunicação planeada pelos parceiros é requerida na segunda fase da candidatura para as convocatórias de projetos em duas fases e, desde a apresentação da candidatura, para as convocatórias de projetos numa única fase. Através da descrição das atividades de comunicação planeadas, os parceiros devem demonstrar como os objetivos e atividades de comunicação contribuirão para a realização dos resultados do projeto. A estratégia de comunicação planeada por cada projeto deverá aumentar o impacto das realizações do projeto. Deve facilitar a adoção e a transposição a uma maior escala dos resultados do projeto, não só durante o ciclo de vida do projeto, mas também depois de este ter terminado.

As atividades de comunicação devem, portanto, dirigir-se a públicos-alvo para além da parceria e das regiões participantes. Os parceiros do projeto devem explicar com precisão quais os meios que irão utilizar e como cada um deles permitirá alcançar os objetivos de comunicação estabelecidos.

Os projetos devem prever uma estratégia de comunicação específica e adaptada aos objetivos e grupos-alvo identificados. Esta estratégia deve incluir um planeamento de atividades e fornecer recursos (humanos e financeiros) coerentes com os objetivos estabelecidos. Para o efeito, cada projeto deve designar um responsável pela comunicação com os conhecimentos necessários, desde a segunda fase de candidatura

para as convocatórias de projetos em duas fases e, desde a apresentação da candidatura, para as convocatórias de projetos numa única fase.

Os pontos essenciais a ter em conta no que respeita à comunicação do projeto incluem:

- Identificar os objetivos específicos do projeto;
- Especificar em que medida as ações de comunicação contribuem para alcançar os diferentes objetivos específicos do projeto;
- Identificar o público-alvo;
- Assinalar as atividades que se vão desenvolver para conseguir o cumprimento dos objetivos específicos do projeto e alcançar o público-alvo;
- Selecionar as ferramentas de comunicação (por exemplo: redes sociais, artigos na imprensa local e regional, jornadas, seminários, publicações, folhetos, etc.)

Por último, os projetos terão de cumprir uma série de regras estabelecidas na ficha de comunicação do programa, tendo em conta as obrigações regulamentares. A ficha 11 deste Guia especifica todos os pontos anteriores.

7.2.3 Acompanhamento e avaliação do projeto

O acompanhamento visa assegurar a correta execução do projeto em termos operacionais, assim como, a deteção de problemas que possam surgir durante a execução. Por isso, tanto o acompanhamento como a avaliação deverão ser contínuos ao longo de todo o ciclo de vida do projeto e cobrir o conjunto dos grupos de tarefas previstos.

A avaliação do projeto consiste em medir a pertinência e a performance (eficácia e eficiência) das realizações e resultados obtidos pelo mesmo, assim como, ao grau de consecução dos objetivos previamente estabelecidos na estratégia do projeto e do Programa Interreg Sudoe (Quadro de Desempenho do Programa Interreg Sudoe).

A avaliação pode realizar-se em distintos momentos do ciclo de vida de um projeto. Existem três tipos de avaliações:

- avaliação ex ante (antes da implementação dos projetos), trata-se de avaliar a contribuição do projeto para atingir os objetivos específicos do Programa Interreg Sudoe e as necessidades e debilidades detetadas no território Sudoe, assim como, a coerência interna (estratégia-atividades-plano financeiro) e externa (com outras políticas) da proposta de projeto;
- avaliação intermédia ou contínua, realiza-se durante a execução do projeto e faz o acompanhamento das realizações e resultados e dos objetivos a alcançar, podendo dar lugar a correções na estratégia, nos procedimentos e nas atividades;
- avaliação ex post (finalizada a execução do projeto), trata-se de avaliar a utilização dos recursos relativamente aos objetivos e analisar os efeitos e impactos do projeto, assim como, extrair as boas práticas aprendidas e apreciar o valor acrescentado do projeto.

Os pontos essenciais a considerar na avaliação do projeto são os seguintes:

- Responsabilidades e procedimentos para o acompanhamento do projeto: órgãos criados, o sistema de tomada de decisões, o regulamento interno ou um protocolo de atuação.
- Responsabilidades e procedimentos para a avaliação do projeto: órgãos criados, o sistema de tomada de decisões, o regulamento interno ou um protocolo de atuação.

- Modo de acompanhamento e de avaliação (interno ou externo) e o seu período de realização: tipo de avaliação se realizará ao longo do projeto (interna e/ou externa), assim como a sua periodicidade.
- Procedimentos previstos para a gestão dos riscos e do controlo da qualidade: procedimentos a tomar em caso de risco, assim como um plano de controlo de qualidade.

A ficha 10 deste Guia trata com mais detalhe da avaliação dos projetos aprovados.

IMPORTANTE: As questões relativas às convocatórias de projetos, à seleção e à programação de projetos são abordadas nos textos das convocatórias de projetos.

Anexo1. Informação sobre os indicadores, valores intermédios e valores objetivo por objetivo específico

O Programa estabeleceu os valores intermédios e objetivos. As realizações e os resultados dos diferentes projetos programados devem permitir ao Programa alcançar os mesmos.

Objetivo específico 2.4

Promover a preparação e adaptação aos fenómenos naturais, intensificados pelas alterações climáticas, a fim de mitigar os seus impactos através da previsão, prevenção e gestão dos riscos naturais, tendo em conta as abordagens baseadas nos ecossistemas e visando ser uma referência para outras regiões da UE.

Indicadores de realização, objetivo específico 2.4

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
1	2.4	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos	0	24
1	2.4	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	16

Indicadores de resultado, objetivo específico 2.4

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
1	2.4	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	16	Sistema de acompanhamento do Programa
1	2.4	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	32	Sistema de acompanhamento do Programa
1	2.4	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	32	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos de ação desenvolvidos devem fazer referência clara ao objetivo específico, visando a adaptação às alterações climáticas ou a prevenção e gestão dos riscos e a resiliência a catástrofes.

Objetivo específico 2.5

Promoção da utilização de fontes de águas superficiais e subterrâneas, a fim de gerar uma utilização correta da água por todos os atores presentes no território, com vista a uma gestão sustentável da água, tendo em conta os cenários atuais e os desafios que surgiram devido às alterações climáticas.

Indicadores de realização, objetivo específico 2.5

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
1	2.5	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	20
1	2.5	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	13

Indicadores de resultado, objetivo específico 2.5

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
1	2.5	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	13	Sistema de acompanhamento do Programa
1	2.5	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	27	Sistema de acompanhamento do Programa
1	2.5	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	27	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos desenvolvidos devem fazer uma referência clara ao objetivo específico, centrando-se na melhoria do acesso à água, à qualidade da água, à gestão sustentável dos recursos hídricos, à promoção eficaz de sistemas de utilização da água mais eficientes etc.

Objetivo específico 2.7

Promover a proteção e conservação de áreas florestais, ecossistemas e biodiversidade, reconhecendo a sua importância intrínseca, como a sua contribuição para a absorção de carbono; combinar o património natural e as oportunidades que oferecem para o desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis; mitigar os impactos ambientais e melhorar a qualidade de vida.

Indicadores de realização, objetivo específico 2.7

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
1	2.7	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	20
1	2.7	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	13

Indicadores de resultados, objetivo específico 2.7

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
1	2.7	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	13	Sistema de acompanhamento do Programa
1	2.7	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	27	Sistema de acompanhamento do Programa
1	2.7	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	27	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos de Ação desenvolvidos devem fazer uma referência clara ao objetivo específico centrado na melhoria da biodiversidade e da qualidade ambiental, no reforço das infraestruturas verdes nas zonas urbanas, na redução da poluição, etc.

Objetivo específico 1.1

Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação, competitividade e produtividade, e promover o emprego sustentável através da aplicação de tecnologias avançadas e de novos produtos e processos amigos do ambiente.

Indicadores de realização, objetivo específico 1.1

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
2	1.1	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	26
2	1.1	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Acciones piloto	0	17

Indicadores de resultados, objetivo específico 1.1

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
2	1.1	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	17	Sistema de acompanhamento do Programa
2	1.1	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	34	Sistema de acompanhamento do Programa
2	1.1	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	34	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos desenvolvidos devem fazer uma referência clara ao objetivo específico, centrando-se na melhoria das capacidades de investigação e inovação e na adoção de tecnologias avançadas etc.

Objetivo específico 1.4

Desenvolver sistemas de produção de forma sustentável e capacidades de especialização inteligente, transição industrial, verde e digital e empreendedorismo através de iniciativas de formação no domínio das novas tecnologias, da utilização da capacidade de investigação e inovação dos atores locais e da cooperação e sincronização entre diferentes atores e regiões.

Indicadores de realização, objetivo específico 1.4

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
2	1.4	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	10
2	1.4	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	7

Indicadores de resultados, objetivo específico 1.4

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
2	1.4	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	7	Sistema de acompanhamento do Programa
2	1.4	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	13	Sistema de acompanhamento do Programa
2	1.4	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	13	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos de ação desenvolvidos devem referir-se claramente ao objetivo específico, abordando a melhoria das capacidades de especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo etc.

Objetivo específico 4.1

Melhorar e gerar estratégias que contribuam para a retenção da população nas zonas rurais através de mercados de trabalho inclusivos e do acesso a empregos de qualidade; através de iniciativas de inovação económica e social que visem melhorar a qualidade de vida.

Indicadores de realização, objetivo específico 4.1

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
3	4.1	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	11
3	4.1	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	7

Indicadores de resultados, objetivo específico 4.1

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
3	4.1	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	7	Sistema de acompanhamento do Programa
3	4.1	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	14	Sistema de acompanhamento do Programa
3	4.1	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	14	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos de Ação desenvolvidos devem fazer uma referência clara ao objetivo específico, focando-se na melhoria da eficiência dos mercados de trabalho e no acesso a empregos de qualidade, desenvolvimento da inovação social, etc.

Objetivo específico 4.5

Assegurar a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, reforçando a resiliência dos sistemas de saúde. Promover o desenvolvimento e implementação de iniciativas de telemedicina e melhorar a gestão da dependência dos idosos e os cuidados a longo prazo, com enfoque na população que vive em zonas interiores e/ou rurais.

Indicadores de realização, objetivo específico 4.5

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
3	4.5	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	17
3	4.5	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	11

Indicadores de resultados, objetivo específico 4.5

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte de dados
3	4.5	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	11	Sistema de acompanhamento do Programa
3	4.5	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	23	Sistema de acompanhamento do Programa
3	4.5	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	23	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos de Ação desenvolvidos devem fazer uma referência clara ao objetivo específico focado na melhoria do acesso aos cuidados de saúde, na resiliência dos sistemas de saúde, no desenvolvimento da telemedicina, etc.

Objetivo específico 4.6

Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, através da identificação, teste e implementação de soluções inovadoras para explorar os ativos da cultura e do património, particularmente nas zonas rurais.

Indicadores de realização, objetivo específico 4.6

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
3	4.6	RCO 83	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto	Estratégias e planos de ação	0	11
3	4.6	RCO 84	Ações-piloto desenvolvidas em conjunto e executadas em projetos	Ações piloto	0	8

Indicadores de resultados, objetivo específico 4.6

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Fonte dos dados
3	4.6	RCR 79	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações	Estratégias e planos de ação	0	2022	8	Sistema de acompanhamento do Programa
3	4.6	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	15	Sistema de acompanhamento do Programa
3	4.6	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	15	Sistema de acompanhamento do Programa

As estratégias e planos de ação desenvolvidos devem fazer uma referência clara ao objetivo específico, focando-se no reforço do papel da cultura e do turismo no desenvolvimento económico, inclusão social, inovação social, etc.

Objetivo específico ISO1.6

Melhorar a eficiência da administração pública, promovendo a cooperação jurídica e administrativa e a cooperação entre cidadãos e instituições, em particular, com vista a resolver os obstáculos jurídicos e outros nas regiões fronteiriças.

Indicadores de realização, ISO 1.6

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor intermédio (2024)	Objetivo final (2029)
4	ISO 6.6	RCO 87	Organizações que cooperam a nível transfronteiriço	Organizações	0	21
4	ISO 6.6	RCO 116	Soluções desenvolvidas em conjunto	Soluções	0	7

Indicadores de resultado, ISO 1.6

Prioridade	Objetivo específico	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de referência	Ano de referência	Valor objetivo final (2029)	Origem dos dados
4	ISO 6.6	RCR 104	Soluções adotadas ou desenvolvidas por organizações	Soluções	0	2022	14	Sistema de acompanhamento do Programa
4	ISO6.6	INTERACT	Organizações cuja capacidade institucional aumentou através da sua participação em atividades de cooperação transfronteiriça	Organizações	0	2022	14	Sistema de acompanhamento do Programa